ANEXO A - Informação acessória

PAMAF

Este Programa visou, fundamentalmente, o reforço da capacidade competitiva do sector agrícola, a viabilização económica das explorações agrícolas e a preservação dos recursos naturais e do ambiente, envolvendo um numeroso e heterogéneo conjunto de medidas.
Era composto pelas seguintes medidas:

Medida 1- Infraestruturas Agrícolas

Esta medida visava, por um lado, o desenvolvimento de acções que permitissem uma utilização mais eficiente da água - recurso escasso e limitador do desenvolvimento da agricultura portuguesa - através da melhoria dos regadios existentes e da criação de novos regadios, fossem de natureza colectiva ou individual, de grande ou pequena dimensão. Por outro lado, visava a melhoria da estrutura fundiária, nomeadamente através da realização de acções de emparcelamento, e da melhoria da rede viária de acesso às explorações, bem como do seu abastecimento em energia eléctrica.

Era composta pelas seguintes acções:
- Regadios
- Drenagem e Conservação dos Solos
- Caminhos Agrícolas e Rurais
- Electrificação
- Emparcelamento Rural Integrado

Medida 2- Apoio às Explorações Agrícolas

Esta medida destinava-se a criar condições favoráveis à reorientação da produção e à melhoria tecnológica das explorações agrícolas, possibilitando ganhos na produtividade e na qualidade da produção, resultando numa melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida e de trabalho. Serviu, assim, para a modernização dos aparelhos produtivos das explorações, assim como a reestruturação de sectores de actividade considerados prioritários e estratégicos.
Era composta pelas seguintes acções:

Acção 1 - Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas (MEEA) destinou-se a apoiar investimentos em capital fundiário (construções agrícolas, melhoramentos fundiários e plantações) ou capital de exploração fixo (animais reprodutores e máquinas e equipamentos).
O investimento destinou-se, essencialmente, a reestruturar o parque de máquinas, alfaias e equipamentos existente e a promover o melhoramento das estruturas de apoio à produção, nomeadamente as construções agrícolas.
Acção 2 - Apoio às Explorações Agrícolas, continha componentes através das quais se apoiavam investimentos em sectores considerados prioritários e estratégicos, como o olival, a vinha e espécies fruteiras, assim como investimentos conducentes à garantia de condições mínimas do bem estar animal e à redução dos efeitos poluentes de pecuárias intensivas.

Acção 3 – Ajustamento Estrutural – destinou-se a minorar os prejuízos decorrentes da ocorrência de acidentes climatéricos, nomeadamente a seca, através da atribuição de subsídios a fundo perdido e da criação de linhas de crédito bonificado, contribuindo para o relançamento das actividades afectadas.

Medida 3- Florestas

Esta medida tinha como objectivos alargar e melhorar a área de floresta, através da florestação de novas áreas de aptidão silvícola, da melhoria dos povoamentos florestais existentes e da recuperação de áreas ardidas. Visava ainda a melhoria do sistema de recolha de dados da fileira florestal.

Era composta pelas seguintes acções:

. Acção 1 - Plano de Desenvolvimento Florestal
. Acção 2 - Recolha de Dados da Fileira Florestal

Medida 5- Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas

Dirigida ao sector agro-industrial, esta medida tinha como objectivos a modernização de estruturas e tecnologias de fabrico através de aumentos de produtividade e de economias de escala, valorização e melhoria de qualidade e de apresentação dos produtos, racionalização dos custos de produção e dos circuitos de comercialização, a diversificação da produção, a concentração da oferta dos produtos agrícolas e a aplicação de novas tecnologias.

Era composta por duas acções:

1. Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas
2. Incentivos aos Produtos Tradicionais e Regionais

Indemnizações Compensatórias

As ajudas a favor das zonas agrícolas desfavorecidas[1,2], instituídas pelo Reg. (CEE) nº 950/97, do Conselho, de 20 de Maio, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, tinham como objectivos:

a) Prossecução da actividade agrícola bem como a manutenção de um mínimo de povoamento ou a manutenção do espaço rural em certas zonas desfavorecidas agrícolas;
b) Compensar as dificuldades naturais e sociais decorrentes do exercício da actividade agrícola nessas regiões.

[1] A partir de 1996 passaram a ser da responsabilidade do INGA- Portaria nº 13/96 de 18 de Janeiro.

[2] Regulamentação do regime de atribuição de ajudas: Portaria nº195/98, de 24 de Março.

MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

Este tipo de ajudas veiculadas essencialmente sob a forma de prémios, tiveram por detrás da sua criação o facto de a natureza e impacto da reforma da PAC, em 1992, ter tornado necessário o estabelecimento de um conjunto de medidas tendentes a complementar o rendimento dos agricultores, pela remuneração de factores não directamente criadores de riqueza: recursos naturais e ambiente.
São políticas de complemento/suporte que procuravam contribuir de forma directa para a prossecução do objectivo estratégico da política agrícola e de desenvolvimento rural de promoção de uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável.
Pretendiam atingir o conjunto dos seguintes **objectivos específicos**:

- Reforço da **competitividade económica** das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social;

- Incentivo à **multifuncionalidade das explorações** agrícolas, tendo em vista a sua diversificação interna e viabilidade económica;

- Promoção da **qualidade e da inovação** da produção agro-florestal e agro- rural visando um crescimento sustentado da produtividade e uma resposta eficaz às novas exigências em matéria de qualidade e de segurança alimentar;

- **Valorização do potencial** específico dos diversos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica;

- Melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através do seu **rejuvenescimento e defesa dos rendimentos**;

- **Reforço da organização, associação e iniciativa** dos agricultores e dos demais agentes do desenvolvimento rural na definição e concretização da nova estratégia do desenvolvimento.

Compreendiam os seguintes regulamentos:

Medidas Agro-Ambientais

Este regime foi instituído pelo Reg. (CEE) nº 2078/92, do Conselho, de Junho, a fim de:

a) Acompanhar as mudanças previstas no contexto das organizações comuns dos mercados;

b) Contribuir para a realização dos objectivos das políticas agrícolas comunitárias em matéria agrícola e de ambiente;

c) Contribuir para proporcionar aos agricultores um rendimento adequado.

Teve como objectivos:

- Favorecer a utilização de práticas de produção agrícola que diminuam os efeitos poluentes da agricultura, o que também contribui, através de uma redução de produção, para um melhor equilíbrio dos mercados;

- Favorecer uma extensificação favorável ao ambiente das produções vegetais e da criação de bovinos e ovinos, incluindo a reconversão das terras aráveis em prados extensivos;

- Favorecer uma exploração de terras agrícolas que tenha em conta a protecção e melhoramento do ambiente, do espaço natural, da paisagem, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética;

- Incentivar a manutenção das terras agrícolas e florestais abandonadas onde a mesma se revele necessária por motivos ecológicos, de riscos naturais ou de incêndio, prevenindo, desse modo, os riscos ligados ao despovoamento das regiões agrícolas;

- Incentivar a retirada das terras agrícolas a longo prazo, para fins relacionados com o ambiente;

- Incentivar a gestão das terra para o acesso do público e actividades de lazer;

- Favorecer a sensibilização e a formação dos agricultores em matéria de produção agrícola compatível com as exigências da protecção do ambiente e a preservação do espaço natural.

De acordo com o estabelecido no referido regulamento, foi estabelecido em Portugal um regime de ajudas constituído por um conjunto de medidas estruturadas em quatro grandes grupos, com objectivos específicos. Na listagem que a seguir se indica faz-se apenas referência às acções com potencial aplicação no Algarve:

Grupo I – Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura: tiveram como objectivo incentivar os agricultores a utilizarem de uma forma mais racional os produtos químicos, a adoptarem métodos de luta alternativos contra pragas e doenças e promoverem sistemas de produção menos intensivos com obtenção de produtos de maior qualidade. Integrava as medidas:

. Luta química aconselhada
. Protecção integrada
. Produção integrada
. Promoção da agricultura biológica

Grupo II – Extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais extensivos: tinham como objectivo apoiar sistemas extensivos, tradicionais em Portugal, permitindo a sua manutenção e evitando a desertificação de vastas zonas do interior do país. Deste grupo faziam parte as seguintes medidas:

. Sistemas cerealíferos de sequeiro
. Sistemas forrageiros extensivos
. Fruteiras de variedades regionais
. Pomares tradicionais de sequeiro (só Algarve)
. Reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas
. Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção

Grupo III – Conservação dos recursos e da paisagem rural: para travar o crescente abandono de determinadas áreas agrícolas e florestais, criou-se este grupo de medidas, nomeadamente com o objectivo de as ordenar e controlar o aumento de incêndios florestais e consequente erosão e degradação da paisagem. Faziam parte deste grupo as medidas:

. Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones
. Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais

Grupo IV – Formação Profissional: com este grupo pretendia-se favorecer a sensibilização e a formação dos agricultores em matéria de produção agrícola compatível com as exigências do ambiente. Agrupava:

. Acções de formação
. Campos de demonstração

Florestação de terras agrícolas

Este regime[3] foi instituído pelo Reg. (CEE) nº 2080/92, do Conselho, de Junho, a fim de:

a) Acompanhar as mudanças previstas no contexto das organizações comuns dos mercados;

b) Contribuir para um melhoramento, a prazo, dos recursos silvícolas;

c) Contribuir para uma gestão do espaço natural mais compatível com o equilíbrio do ambiente;

d) Lutar contra o efeito de estufa e absorver o dióxido de carbono.

Teve como objectivos fundamentais:

- Uma utilização alternativa das terras agrícolas, por meio da arborização;

- O desenvolvimento de actividades florestais nas explorações agrícolas.

[3] Regulamentação operacional definida via Portarias nº 199/94, de 6 de Abril e nº 216/96, de 14 de Junho.

LISTAGEM DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES DA CATEGORIA CITRINOS

CACIAL – Cooperativa Agricola dos Citricultores do Algarve, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 05/08/64
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Aproveitamento, valorização, comercialização e normalização dos produtos provenientes da explorações frutícolas e hortícolas dos associados.
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 94
OBSERVAÇÕES: Reconhecida como OP na categoria de Produtos Principais, ao abrigo do Reg. (CEE) Nº 1035/72, em 95/06/29. Em processo de transição para OP de Citrinos pelo Reg. (CE) Nº 2200/96.

Frutalgarve - Cooperativa Hortofruticultores de S. B. Messines, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 06/01/87
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Citrinos
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 105
OBSERVAÇÕES: Reconhecida como OP na categoria de Produtos Principais, ao abrigo do Reg. (CEE) Nº 1035/72, em 94/03/11. Em processo de transição para OP de Citrinos pelo Reg. (CE) Nº 2200/96.

Frutarade – Cooperativa de Fruticultores de Silves, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 26/07/95
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Efectuar as operações respeitantes à natureza dos produtos provenientes das explorações dos seus cooperadores
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 24
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Citrinos, ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 98/12/14

Farfruta – Sociedade de Citricultores de Faro, L.da
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 14/07/1989
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Comercialização de citrinos
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 10
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Citrinos, ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 98/10/21

Tavifruta – Sociedade de Citricultores de Tavira, L.da
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 11/03/94
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Normalização e comercialização de citrinos dos seus associados.
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 18
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Citrinos, ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 98/12/15

Citripor – Cooperativa de Citrinos de Portugal, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 19/03/98
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Promover a promoção, transformação, conservação, comercialização e exportação de citrinos dos seus associados
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 100
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Citrinos, ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 98/09/15

Cooprobol- Cooperativa de Produtos Agrícolas de Boliqueime, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 12/12/95
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Comercialização de frutos de casca rija e alfarroba, e de citrinos
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 52
OBSERVAÇÕES: Pré – reconhecimento como OP de Citrinos ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 99/10/29. Esse reconhecimento foi posteriormente alargado à categoria mais abrangente de Frutas, em Agosto de 2000.

LISTAGEM DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES DA CATEGORIA FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS

Frusoal – Frutas Sotavento, Algarve – L.da
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 09/04/1981
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Exploração Agro-Frutícola / comércio e exportação de produtos
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 20
OBSERVAÇÕES: Reconhecida como OP na categoria de Produtos Principais, ao abrigo do Reg. (CEE) Nº 1035/72, em 95/02/13. Em processo de transição para OP de Frutas e Produtos Hortícolas pelo Reg. (CE) Nº 2200/96.

Madrefruta – Centro de Vendas Hortofrutícolas, L.da
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 24/07/96
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Comercio de produtos agrícolas diversos nomeadamente hortícolas e frutícolas e respectivo acondicionamento, conservação e embalamento. Prestação de serviços de apoio, assistência técnica e gestão, dos associados
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 7
OBSERVAÇÕES: Reconhecida como OP de Frutas e Produtos hortícolas, ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 98/12/15

Aprobal – Cooperativa Algarvia de Bananas – CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 13/01/95
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Concentração, preparação para o mercado e comercialização
NÚMERO DE ASSOCIADOS INSCRITOS: 13
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Frutas e Produtos Hortícolas, ao abrigo do Reg. (CE) Nº 2200/96, em 99/11/15

LISTAGEM DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES DA CATEGORIA FRUTOS DE CASCA RIJA E ALFARROBA

Agrupa – Agrupamento de Alfarroba e Amendoa, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 26/03/96
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Promover a concentração de oferta e a colocação no mercado dos produtos dos associados
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 267
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Frutos de Casca Rija e Alfarroba, ao abrigo do Reg. (CEE) Nº 1035/72, em 96/06/21.

Cooprobol- Cooperativa de Produtos Agrícolas de Boliqueime, CRL.
DATA DE CONSTITUIÇÃO: 12/12/95
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Comercialização de frutos de casca rija e alfarroba, e de citrinos
NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS: 112
OBSERVAÇÕES: Reconhecimento como OP de Frutos de Casca Rija e Alfarroba, ao abrigo do Reg. (CEE) Nº 1035/72, em 96/07/18. Para efeitos de acesso às ajudas disponíveis para o sub-sector do figo, esta organização viu o reconhecimento de que já era detentora na categoria de citrinos, posteriormente alargado à categoria mais abrangente de Frutas, em Agosto de 2000.

LISTAGEM DAS ASSOCIAÇÕES DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS

ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS SILVES, LAGOA E PORTIMÃO

DATA DE CONSTITUIÇÃO: 1951 / 11 / 27
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Distribuição de água pelos beneficiários e exploração das centrais hidroeléctricas
PATRIMÓNIO: Edifício sede; 5 viaturas
NÚMERO DE ASSOCIADOS INSCRITOS:1300 **NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS:** 1300

ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS DO ALVOR

DATA DE CONSTITUIÇÃO: 1957 / 10 / 28
ACTIVIDADE PRINCIPAL: Serviços relacionados c/ a agricultura e abastecimento de água aos associados
PATRIMÓNIO: Edifício sede; 6 viaturas; 1 retroescavadora; 1 dumper.
NÚMERO DE ASSOCIADOS INSCRITOS:929 **NÚMERO DE ASSOCIADOS ACTIVOS:** 929

EVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA, RELATIVAMENTE AO SUB-SECTOR DOS FRUTOS SECOS

AMÊNDOA

Portugal, até aos anos noventa, apresentava um saldo positivo da balança comercial relativa a este produto. Essa situação altera-se a partir de 1994. Assim, em 1986, apresentava um valor positivo de quase 900 mil contos. Em 1999 o défice ascendia aos 946.557 contos (Fonte: IROMA; GPPAA).
Os destinos preferenciais do nosso produto são a Espanha (amêndoa com casca) e a Bélgica (miolo). O grau de auto-abastecimento nacional é de 65%.
No triénio 1996/98, os preços de transação sofrem um decréscimo de cerca de 15%. O valor unitário do produto exportado em miolo é superior em cerca de 10% ao importado, graças a uma grande fidelização da procura belga, que representa um segmento de mercado pouco elástico devido à especificidade da sua doçaria.

FIGO

Durante décadas, Portugal apresentava-se quase exclusivamente como país exportador. È curioso notar que, no inicio do século, o Algarve exportava cerca de 9.000 ton de figo seco, sendo, neste momento, insignificante as quantidades exportadas a nível nacional. A globalização da economia e a abertura de fronteiras teve, pois, um efeito de inflexão profunda na situação e, actualmente, a balança comercial é muito desfavorável ao nosso país.

Considerando os dados relativos a 1999, verifica-se um volume de importação e exportação de, respectivamente, 117,9 ton e 12,3 ton para o figo fresco, e de 1.595,3 ton e 218,1 ton para o figo seco, isto é, importamos cerca de sete vezes mais do que exportamos. Esta situação resulta num défice de 404.089 contos.
As importações de figo seco (93%) são oriundas da Turquia, principalmente, e da Espanha. Já as nossa exportações neste produto destinam-se, actualmente, preferencialmente para Turquia e Angola.
A nível do figo fresco as entradas são provenientes, basicamente, de Espanha, enquanto as saídas se deram principalmente para França.

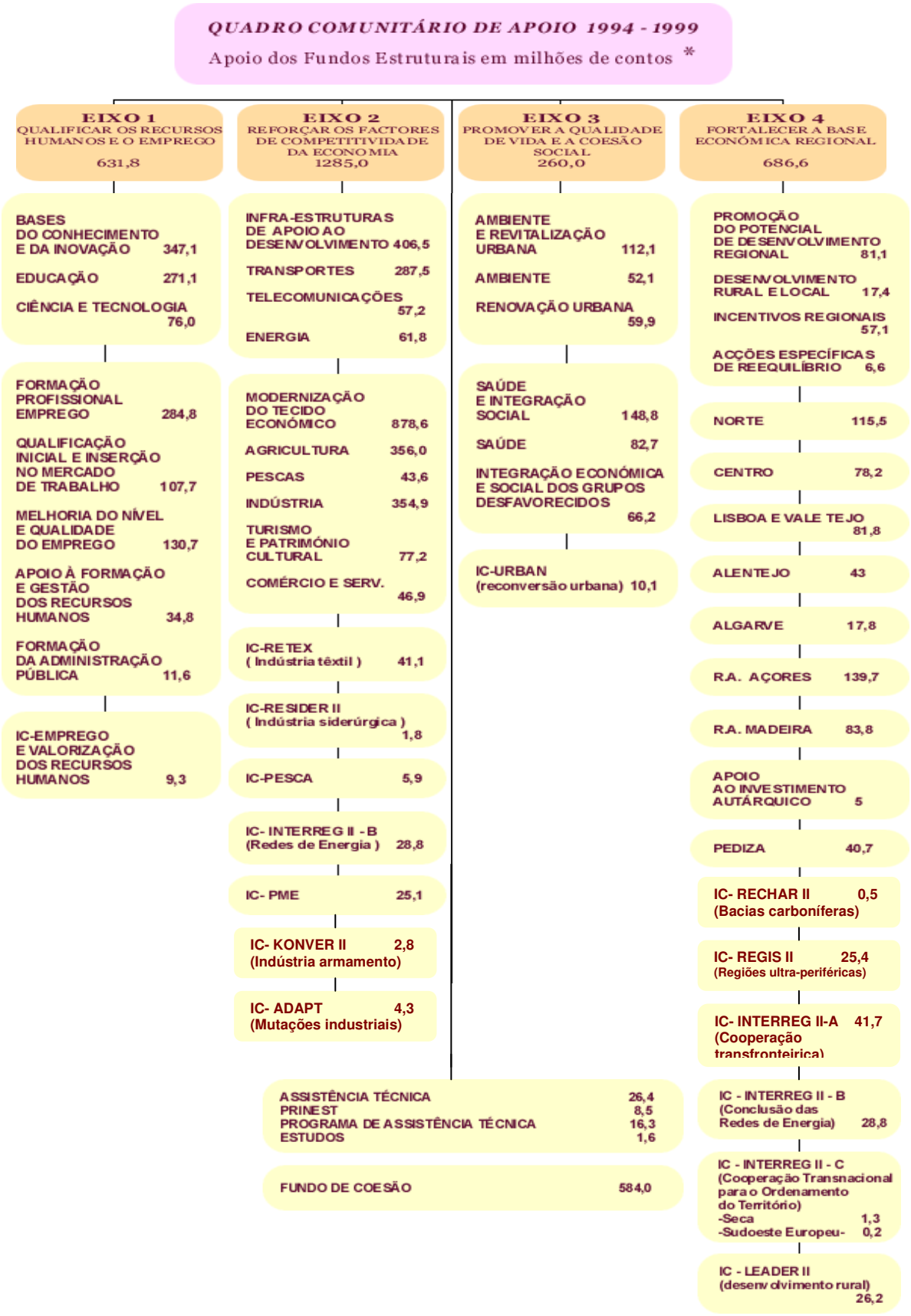
ALFARROBA

A alfarroba constitui um dos principais frutos de exportação nacional, representando, no quinquénio 1994/98, um valor médio anual superior a 2,6 milhões de contos, ou seja, o equivalente a 20% do total das exportações frutícolas.
A goma da semente é o principal derivado exportado, sendo os principais países de destino o Japão, a Dinamarca, a Holanda e os EUA. Já o triturado destina-se, maioritariamente, a Inglaterra e Espanha.

O saldo da balança comercial portuguesa para a alfarroba teve uma evolução positiva, nas duas últimas décadas, com um tendência para o crescimento das exportações e a manutenção das importações (Fonte: IROMA (1990/91); DGMAIAA (1992); IMAAIA (1993/96); GPPAA (1997/98)).

ANEXO B - Ilustrações

Figura 1- Estrutura do QCA II português



Fonte: DGD Regional (1999).

Quadro 1- Pagamentos por mercado e por Estado Membro (1997)

(milhões de ecus e %)	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	TOTAL
Culturas arvenses	182,7	681,7	3.563,0	458,8	1.651,7	5.235,7	124,2	2.207,9	9,5	229,1	373,8	211,1	249,0	475,2	1.808,6	17.462,0
Açúcar	208,8	70,8	259,6	6,2	81,2	611,8	9,7	84,1	0,0	58,4	21,2	2,7	16,1	28,1	149,3	1.608,0
Matérias gordas e proteginosas	0,4	14,9	21,2	610,6	728,8	95,8	0,4	1.025,0	0,0	13,0	-0,7	55,0	0,1	0,5	6,6	2.571,6
Frutas e produtos hortícolas	6,6	0,1	3,3	408,3	429,2	239,8	0,1	414,6	0,0	4,1	0,1	56,2	0,0	0,1	6,4	1.568,9
Vinho	0,0	0,0	0,6	20,2	308,2	225,1	0,0	399,4	0,0	0,6	2,3	31,0	0,0	0,0	0,7	988,1
Tabaco	2,9	0,0	27,1	348,8	122,1	81,9	0,0	395,3	0,0	0,4	0,6	17,9	0,0	0,0	0,0	997,0
Produtos lácteos	258,6	217,0	400,4	-2,4	-29,7	849,6	297,3	-110,0	-0,2	695,9	16,3	5,6	85,3	47,1	370,3	3.101,1
Carnes, ovos, aves de capoeira	235,3	172,7	1.037,0	231,9	838,6	1.436,2	1.300,7	443,3	7,6	626,5	152,0	137,0	48,3	86,7	1.902,9	8.656,7
Mercados diversos	12,4	22,7	23,3	637,8	287,7	68,7	0,2	72,1	0,1	14,9	-2,0	14,7	1,3	0,2	27,2	1.181,3
Outras acções	75,7	55,8	442,9	10,5	187,9	304,5	301,3	159,2	5,6	114,4	297,8	125,8	170,4	109,1	127,6	2.488,5
TOTAL	**983,4**	**1.235,7**	**5.778,4**	**2.730,7**	**4.605,7**	**9.149,1**	**2.033,9**	**5.090,9**	**22,6**	**1.757,3**	**861,4**	**657,0**	**570,5**	**747,0**	**4.399,6**	**40.623,2**

Fonte: INGA.

Quadro 2- Pagamentos por OCM relativos ao Algarve e Total nacional

Campanha:	**1999/00**
Região Agrária:	**Algarve**

Ajudas	**Beneficiários Pagos**	**Quantidades Pagas**	**Unidade**	**Montante Pago (10³ contos)**
Culturas Arvenses	1.758	-	-	189
Arroz	≤3	22	ha	<1
Co-financiada	23	1.563	ton	10
Tabaco				
Tomate				
Azeite	3.294	188	ton	50
Azeitona de mesa				
Outros Produtos Vegetais	78	-	-	2
Banana	≤3	151	ton	11
Poseima – Produção – Vegetais				
Bovinos Machos	281	1.750	animal	58
Abate Precoce de Vitelos				
Transformação de Vitelos	≤3	9	animal	<1
Vacas Aleitantes	438	2.986	animal	128
Ovinos e Caprinos	756	55.060	animal	286
Poseima – Produção – Animais				
TOTAL	**2.789**			**734**

Campanha:	**1999/00**
Região Agrária:	**TOTAL NACIONAL**

Ajudas	**Beneficiários Pagos**	**Quantidades Pagas**	**Unidade**	**Montante Pago (10³ contos)**
Culturas Arvenses	139.044	-	-	34.321
Arroz	≤1.979	24.901	ha	1.588
Co-financiada	20.594	832.103	ton	5.499
Tabaco	≤565	6.454	ton	3.647
Tomate	16	923.424	ton	7.133
Azeite	103.084	32.455	ton	8.530
Azeitona de mesa	≤2.810	739	ton	197
Outros Produtos Vegetais (*)	≤708	-	-	284
Banana	≤18	21.763	ton.	1.513
Poseima – Produção – Vegetais	7.942	-	-	764
Bovinos Machos	33.792	162.340	animal	5.119
Abate Precoce de Vitelos	≤1.729	11.195	animal	171
Transformação de Vitelos	≤2.919	26.040	animal	603
Vacas Aleitantes	≤29.559	268.112	animal	11.813
Ovinos e Caprinos	28.819	2.362.242	animal	12.380
Poseima – Produção – Animais	4.741	-	-	1.579
TOTAL	**145.630**			**95.139**

Fonte: INGA.

Quadro 3- Acção Regadios da Medida 1 do PAMAF- Execução física

Regadios	ALG	Cont.
Novas áreas (ha) *	10.078	36.430
Reabilitação de áreas existentes (ha)	1.830	80.062

* Inclui o Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio (≈ 8.000 ha)

Fonte: Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) - 2000.

Quadro 4- Acção Drenagem e Conservação dos Solos da Medida 1 do PAMAF- Execução física

Nº de projectos aprovados	Nº de projectos executados
0	0

Fonte: DRAALG/Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural (DSDR) - 2001.

Quadro 5- Acção Caminhos Agrícolas e Rurais da Medida 1 do PAMAF- Execução física

Nº de caminhos aprovados	Nº de caminhos executados	Comprimento (km)	Nº de explorações servidas	Nº de povoações servidas
36	36	79	3.915	59

Fonte: DRAALG/DSDR - 2001.

Quadro 6- Acção Electrificação da Medida 1 do PAMAF- Execução física

Nº projectos aprovados	Nº projectos executados	Nº de explorações beneficiadas	Comprimento linhas baixa tensão (Km)	Comprimento linhas média tensão (Km)	Nº postos transformação
180	170	85	19	68	64

Fonte: DRAALG/DSDR - 2001.

Quadro 7- Acção Emparcelamento Rural Integrado da Medida 1 do PAMAF- Execução física (94/99)

(contos)

Nº projectos aprovados	Nº projectos executados	Área beneficiada (ha)	Nº total de proprietários	Nº total de prédios	Investimento executado
2	2	2.750	1.729	2.683	176.700

Nota: Estes 2 projectos de emparcelamento referem-se a:

A) Perímetro de Emparcelamento de Vale da Vila

I - Indicadores Fundiários:

Área Total - 950 ha

Número Total de Proprietários – 619

Número de Total de Prédios – 987

Área média por prédio - 0.96 ha

Área média por proprietário - 1.5 ha

Nº médio de prédios por proprietário - 2

Nº de prédios encravados ou com deficiente acesso - 305

B) Perímetro de Emparcelamento de Alcantarilha

I - Indicadores Fundiários

Área Total - 1 800 ha

Número Total de Proprietários – 1110

Número de Total de Prédios - 1696

Área média por prédio - 1 ha

Área média por proprietário - 2 ha

Nº médio de prédios por proprietário – 2

Nº de prédios encravados ou com deficiente acesso- 500

Fonte: IHERA - 2001.

Quadro 8 - PAMAF / Medida 1 – Projectos aprovados (94/99)

A) Por concelho

Unid: Milhares de Contos

REGIÃO	CONCELHO	Nº PROJECTOS	INVESTIMENTO	SUBSÍDIO
ALG.	ALBUFEIRA	19	69,1	59,7
	ALCOUTIM	16	71,2	63,3
	ALJEZUR	26	105,0	95,9
	CASTRO MARIM	25	10.493,0	10.473,4
	FARO	43	189,6	144,9
	LAGOA	6	20,7	15,8
	LAGOS	18	435,9	429,1
	LOULÉ	76	427,5	377,4
	MONCHIQUE	18	78,5	71,6
	OLHÃO	33	152,6	120,6
	PORTIMÃO	5	77,1	55,1
	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	11	28,6	19,8
	SILVES	120	2.111,2	2.018,1
	TAVIRA	101	387,4	288,4
	VILA DO BISPO	9	31,3	25,4
	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	9	50,2	40,2
TOTAL DO ALGARVE		**535**	**14.729,0**	**14.298,9**
TOTAL GERAL DO CONTINENTE		**9.215**	**101.197,1**	**91.910,9**

B) Por acção

Unid: Milhares de Contos

	ACÇÃO 1 **REGADIOS**	ACÇÃO 2 **DRENAGEM E CONSERV. DE SOLOS**	ACÇÃO 3 **CAMINHOS AGRÍCOLAS E RURAIS**	ACÇÃO 4 **ELECTRIFIC.**	ACÇÃO 5 **EMPARCEL. RURAL INTEGRADO**	**TOTAL**
Nº PROJECTOS	312	0	41	180	2	**535**
INVESTIMENTO	13.497,1	0,0	717,5	502,8	11,6	**14.729,0**
SUBSÍDIO	13.171,7	0,0	705,0	410,6	11,6	**14.298,9**
INVEST. MÉDIO	43,3	-	17,5	2,8	5,8	**27,5**
TX MÉDIA SUBS.	98%	-	98%	82%	100%	**97%**
PESO DO INVEST. NO CONTINENTE	19%	0%	10%	3%	0%	**15%**

Fonte: IFADAP.

Quadro 9- Investimento Aprovado – Acção Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas (MEEA) - segundo a Natureza (1994/99)

(milhares de contos)

	ALG	Continente
Máquinas e Equipamentos	3 213	**71 058**
Construções	2 235	**33 285**
Plantações	716	**11 028**
Melhoramentos Fundiários	699	**10 919**
Animais Reprodutores	43	**9 055**
Outros	483	**6 719**
Total	**7 389**	**142 064**

Fonte: A partir de IFADAP (1999), (2000).

Quadro 10- Tipo de investidor (PAMAF / Medida 2- Acção 1) - 1994/99

Unid.: Milhares de contos

	N.º projectos	**Investimento**	**Peso investim. (%)**
Agricultores a título principal	600	4.687	56,4
Jovens agricultores	224	2.853	34,3
Outros agricultores	137	769	9,3
Total	961	8.309	100,0

Fonte: A partir de IFADAP (1999), (2000).

Quadro 11- PAMAF/Medida 2 - Projectos aprovados (94/99)

A) Por concelho

Unid: Milhares de Contos

REGIÃO	CONCELHO	Nº PROJ. DE INVESTIM.	INVESTIMENTO	SUBSÍDIO	PRÉMIOS
ALG.	ALBUFEIRA	81	627,9	302,9	29,1
	ALCOUTIM	2	7,0	4,4	3,0
	ALJEZUR	16	228,6	99,5	11,3
	CASTRO MARIM	22	198,2	105,7	20,8
	FARO	341	3.472,2	1.592,4	157,3
	LAGOA	59	511,9	267,3	13,5
	LAGOS	23	167,3	79,1	19,4
	LOULÉ	228	1.960,1	1.015,6	157,4
	MONCHIQUE	14	57,4	30,0	16,8
	OLHÃO	124	961,4	411,6	54,2
	PORTIMÃO	13	139,6	68,5	5,4
	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	11	54,9	30,5	10,5
	SILVES	538	3.962,2	1.917,1	192,6
	TAVIRA	242	1.841,4	972,9	58,0
	VILA DO BISPO	5	59,9	26,3	3,0
	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	18	71,0	36,5	3,8
TOTAL DO ALGARVE		**1.737**	**14.320,9**	**6.960,3**	**756,1**
TOTAL GERAL DO CONTINENTE		**24.530**	**197.500,8**	**88.278,2**	**17.186,1**

Não estão incluídos valores relativos a:
(1) Acção 3 - Ajustamento Estrutural;
(2) Ajudas que assumem a forma de bonificação de juros;
(3) Investimentos Colectivos;
(4) Indemnizações Compensatórias;
(5) Outras Medidas de Apoio às Explorações Agrícolas;
(6) Ajudas à Polinização e à Manutenção de Raças Autóctones.

B) Por acção

Unid: Milhares de Contos

	ACÇÃO 1 **MELHORIA DA EFICÁCIA DAS ESTRUTURAS AGRÍCOLAS**	ACÇÃO 2 **APOIO ÀS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS**	ACÇÃO 3 **AJUSTAMENTO ESTRUTURAL**	**TOTAL**
Nº PROJECTOS	934	1.238	361	**2.098**
INVESTIMENTO	7.787,1	6.533,9	794,4	**15.115,4**
SUBSÍDIO	2.642,9	4.317,4	367,1	**7.327,4**
PRÉMIO	1.397,5	141,8	3,2	**1.542,5**
INVEST. MÉDIO	8,3	5,3	2,2	**7,2**
TX MÉDIA SUBS.	34%	66%	46%	**48%**
PESO DOS PRÉMIOS NO CONTINENTE	3%	3%	0%	**3%**
PESO DO INVEST. NO CONTINENTE	5%	12%	44%	**8%**

Nota: O nº de projectos com majorações está incluído no número de projectos da Acção 1 - Ajudas aos Investimentos nas Explorações Agrícolas, pelo que não deverá ser somado para obter o total de projectos da Medida.

Fonte: IFADAP.

Quadro 12- PAMAF/Medida 3 - Projectos aprovados (94/99)

A) Por concelho

Unid: Milhares de Contos

REGIÃO	CONCELHOS	Nº PROJECTOS	INVESTIMENTO	SUBSÍDIO
ALG.	ALBUFEIRA	2	32,4	17,1
	ALCOUTIM	38	227,7	189,8
	ALJEZUR	55	213,9	174,0
	CASTRO MARIM	10	141,2	135,4
	FARO	1	7,5	7,5
	LAGOA	1	0,9	0,7
	LAGOS	39	354,1	302,8
	LOULÉ	120	219,1	180,1
	MONCHIQUE	88	157,5	122,8
	OLHÃO	2	1,0	0,7
	PORTIMÃO	13	68,7	55,5
	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	56	156,2	129,5
	SILVES	93	677,5	582,2
	TAVIRA	53	344,6	291,9
	VILA DO BISPO	8	67,3	56,6
	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	5	110,6	90,7
TOTAL DO ALGARVE		**584**	**2.780,2**	**2.337,2**
TOTAL GERAL DO CONTINENTE		**4.775**	**29.467,4**	**25.059,8**

B) Por acção

Unidades: Milhares de Contos

	(RE)Arborização, Benef., Infraestrut. e Uso Múltiplo Floresta	Manutenção de Povoamentos	Viveiros e Melhoramentos Florestais	Estudos, Ordenamento e Planeamento Florestal	Total
Nº Projectos	574	5	3	2	584
Investimento	2 645.3	23.4	96.5	15.0	2 780.2
Subsídio	2 239.1	21.1	62.2	15.0	2 337.2
Invest. Médio	4.6	4.7	32.2	7.5	4.8
TX Média Subs.	85%	90%	64%	100%	84%
Peso do Invest. No Continente	9%	7%	13%	17%	10%

Fonte: IFADAP.

Quadro 13- PAMAF/Medida 5 - Projectos aprovados (94/99)

A) Por concelho

Unid: Milhares de Contos

REGIÃO	CONCELHOS	Nº PROJECTOS	INVESTIMENTO	SUBSÍDIO
ALG.	ALBUFEIRA	1	25,3	16,3
	FARO	6	732,9	373,1
	LAGOA	1	76,6	48,8
	MONCHIQUE	2	74,3	35,5
	OLHÃO	1	345,1	202,3
	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	4	507,3	211,4
	SILVES	9	1.387,4	669,8
	TAVIRA	4	186,1	97,1
TOTAL DO ALGARVE		**28**	**3.335**	**1.654,2**
TOTAL GERAL DO CONTINENTE		**938**	**150.713,1**	**76.229,8**

B) Por acção

Unidades: Milhares de Contos

	Acção 1 Transf. e Comercializ. De Produtos Agrícolas e Silvícolas	Acção 2 Incentivos aos Produtos Tradicionais e Regionais	Total
Nº Projectos	26	2	28
Investimento	3 226.9	108.0	3 334.9
Subsídio	1 573.5	80.8	1 654.3
Invest. Médio	124.1	54.0	119.1
Tx Média Subsídio	49%	75%	50%
Peso do Invest. No Continente	2%	2%	2%

Fonte: IFADAP.

Quadro 14- PAMAF / Resumo das Medidas (Algarve)- Projectos Aprovados (94/99)

Unidades: Milhares de Contos

	Med.1	Med.2	Med.3	Med.4	Med.5	Med.6	Med.8	Total
Nº Projectos	535	2 098	584	115	28	62	323	3 745
Investimento	14 729.0	15 115.3	2 780.2	2 059.0	3 334.9	744.2	1 116.2	39 878.8
Subsídio	14 298.9	7 327.4	2 337.2	1 923.4	1 654.3	744.2	956.1	29 241.5
Prémios/ Indemnizações[4]		772.5						772.5
Invest. Médio (1)	27.5	7.2	4.8	17.9	119.1	12.0	3.5	10.6
Tx Média Subs (2)	97%	48%	84%	93%	50%	100%	86%	73%
Peso do Invest. No Continente	15%	8%	9%	4%	2%	3%	22%	7%

Nota: Na medida 2 não estão incluídas ajudas que assumiram a forma de bonificação de juros
(1) Investimento / Nº Projectos
(2) Subsídio / Investimento
Fonte: IFADAP.

Quadro 15- Tipologia de Projectos (PAMAF - 1994/98)

Unid.: Milhares de contos

Tipologia de Projectos	Instrumento	N.º proj.	Invest.	Peso invest. (%)
Beneficiação	Reabil. Perímetros Rega Explor. (Medida 1)	2	235,2	2,1
	Construções Agrícolas (Medida 2 / Acção 1)	-	2.300,0	20,8
	Melhoramentos Fundiários (Medida 2 / Acção 1)	-	710,0	6,4
	Melhoria Estrtut. Vitiviníc. (Medida 2 / Acção 2)	13	46,7	0,4
	Viveiros e Melhoram. Florestais (Medida 3 / Acção 1)	3	122,5	1,1
	Sub-Total:	18	3.414,4	31
Reestruturação e inovação	Máquinas e Equipamentos (Medida 2 / Acção 1)	-	3.195,0	28,9
	RISA (Medida 2 / Acção 2)	712	5.477,4	49,5
	Ajustamento Estrutural (Medida 2 / Acção 3)	361	794,4	7,2
	Transform. e Comerc. Prod. Agric. e Florest. (Medida 5 / Acção 1)	8	1.380,6	12,5
	Sub-Total:	1.081	7.652,4	69
	Total	1.099	11.066,8	100

Fonte: A partir de IFADAP (1999).

Quadro 16- Investimento Aprovado nas Explorações Agrícolas por Instrumento de Apoio (94/99)

(milhares de contos)

ACÇÕES	ALG	Continente
Melhoria Eficácia das Estruturas Agrícolas	7 389	142 064
Olivicultura (PAMAF- Medida 2- Acção 2)	0	8 109
Melhoria das Estruturas Vitivinícolas (PAMAF- Medida 2- Acção 2)	249	22 005
Pequenos Regadios (PAMAF- Medida 1 - Acção 1)	807	13 915
RISA (PAMAF- Medida 2- Acção 2)	6 405	27 402
Protecção Ambiental BEA (PAMAF- Medida 2- Acção 2)	16	4 553

Fonte: A partir de IFADAP (1999), (2000).

[4] Não engloba indemnizações compensatórias.

Quadro 17- Quadro - resumo do PEDAP – A l g a r v e (1 9 8 6 / 9 3)

Unidade: 10^6 Esc,

Regulamento	N.º Projectos	Investimento Aprovado	Subsidio Aprovado
Reg, (CEE) 3828/85			
Programa 01 – Acção Florestal	249	3.983	3.628
Programa 02 – Electrificação	207	344,2	271,3
Programa 03 – Caminhos	59	784,1	784,1
Programa 04 – Regadios Tradicionais	13	114	102,6
Programa 05 – Olivicultura	78	16	16
Programa 06 – Drenagem e Conservação do Solo	27	177,8	114,0
Programa 07 – Desenvolvimento Concelho de Mértola	5	20,6	14,7
Programa 08 – Pequenos Regadios Individuais	180	488,8	287,2
Programa 09 – Centro Formação Agricultores	9	374,9	374,9
Programa 10 – Centro Formação Técnicos	4	110,4	110,4
Programa 11 – Agrupamento Defesa Sanitária	13	184,1	170,4
Programa 12 – Sementes	9	83,7	72,6
Programa 13 – Reabilitação de Perímetros de Rega	10	348,5	348,5
Programa 14 – Novos Regadios Colectivos	10	131,9	131,9
Programa 15 – Estudos Algarve	-	-	-
Programa 16 – Escola Profissionais Agrícolas	-	-	-
Programa 17 – Materiais de Propagação Vegetativa	4	176	116,0
Programa 18 – PROAGRI	2	23,1	9,4
Programa 19 – IDE – D	10	258,6	251,9
Programa 20 – NOVAGRI	321	913,5	540,3
Programa 51 – artº 15	13	167,1	167,1
Total	1.223,0	8.700,3	7.511,3

Fonte: IFADAP.

Quadro 18- Evolução das áreas e produções afectas à cultura dos citrinos no Algarve

	89/90		94/95		95/96		96/97		97/98		98/99		99/00	
Orientação produtiva	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton) *	Área (ha)
Laranja	121.167,0	11.028,0	182.233,5	12.031,0	164.282,5	12.231,0	204.170,0	12.633,0	196.257,0	13.063,0	121.201,0	13.000,0		13.127,0
Outros citrinos	55.833,0	3.722,2	42.766,5	4.043,5	43.375,0	4.268,0	45.862,0	4.348,2	44.850,0	4.356,0	47.510,0	4.859,0		4.765,0
Total	177.000,0	14.750,2	225.000,0	16.074,5	207.657,5	16.499,0	250.032,0	16.981,2	241.107,0	17.419,0	168.711,0	17.859,0	280.000,0	17.892,0

* Valores estimados

Fonte: DRAALG - 1994/1998 e 1999/2000; INE (1992), (2000)- 1989/90 e 1998/99.

Quadro 19- Evolução das áreas e produções afectas às principais culturas hortícolas praticadas no Algarve

	1989		1994		1999		Var. Área 94/89	Var. Área 99/94
Orientação produtiva	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	(%)	(%)
Tomate: Ar Livre	640,0	16.082,5	245,0	11.025,0	81,4	3.256,0	-61,7	-66,8
Tomate: Estufa	446,0	32.847,0	282,0	25.380,0	192,0	17.280,0	-36,8	-31,9
Feijão verde	536,1	4.916,6	492,0	3.870,0	207,6	3.787,0	-8,2	-57,8
Morango	364,5	11.097,2	352,0	8.070,0	90,2	2.024,0	-3,4	-74,4
Melão/Meloa	803,8	18.844,8	634,0	20.775,0	243,7	9.617,5	-21,1	-61,6

Fonte: DRAALG - 1994 ; INE (1992), (2000)- 1989 e 1999.

Quadro 20- Evolução das áreas em Agricultura Biológica no Algarve (1994/2000)

(ha)

Anos	Olival	Pastagens	Vinha	C. Arvens.	Fruticult.	Horticult.	Fr.Secos	Pousio	Pl. Aromát.	Total
1994		2	51	46	195	36			1	331
1995		2	55	57	200	43			1	358
1996			36	72	113	29			101	351
1997			34	37	40	19	60	40	313	543
1998	6	412	33	204	58	25	126	22	299	1.185
1999	6	413	33	204	60	17	127	22	299	1.181
2000	6	207	31	154	86	25	177	64	3	754
Var. (%)	0	10.250	-39	235	-56	-31	195	60	200	128

Nota: A acentuada diminuição da área em fruticultura, entre os anos de 1996 a 1997, deve-se ao facto da respectiva área ter-se decomposto em duas diferentes categorias- Fruticultura e Frutos Secos

Fonte: Direcção - Geral do Desenvolvimento Rural (DGD Rural) - 2001.

Quadro 21- Utilização das terras aráveis no Algarve- Áreas das principais culturas agrícolas

	1989		1994		1999		Var. Área	Var. Área
Culturas Temporárias	**Superf. (ha)**	**%**	**Superf. (ha)**	**%**	**Superf. (ha)**	**%**	**94/89 (%)**	**99/94 (%)**
Cereais para grão	23.725	62,5	17.412	52,4	8.852	24,0	-26,6	-49,2
Leguminosas secas para grão	2.095	5,5	2.464	7,4	817	2,2	17,6	-66,8
Prados temporários e cult. forrageiras	4.058	10,7	6.616	19,9	6.894	18,7	63,0	4,2
Batata	2.274	6,0	1.460	4,4	660	1,8	-35,8	-54,8
Culturas industriais	-	-	-	-	213	0,6	-	-
Culturas hortícolas	5.791	15,3	5.256	15,8	2.566	7,0	-9,2	-51,2
Flores e plantas ornamentais	-	-	-	-	66	0,2	-	-
Pousio	-	-	-	-	15.852	43,0	-	-
Horta familiar	-	-	-	-	908	2,5	-	-
Sub-Total	37.943	100,0	33.208	100,0	35.920	100,0	-	-
	1989		**1994**		**1999**		**Var. Área**	**Var. Área**
Culturas Permanentes	**Superf. (ha)**	**%**	**Superf. (ha)**	**%**	**Superf. (ha)**	**%**	**94/89 (%)**	**99/94 (%)**
Frutos frescos	6.199	10,4	6.091	10,2	3.791	5,4	-1,7	-37,8
Citrinos	14.808	24,7	15.683	26,3	17.859	25,2	5,9	13,9
Frutos sub-tropicais	-	-	-	-	217	0,3	-	-
Frutos secos	26.721	44,6	25.868	43,4	25.258	35,7	-3,2	-2,4
Olival	7.693	12,8	7.559	12,7	8.791	12,4	-1,7	16,3
Vinha	4.448	7,4	4.348	7,3	2.991	4,2	-2,2	-31,2
Viveiros	-	-	-	-	137	0,2	-	-
Prados e pastagens permanentes	-	-	-	-	11.721	16,6	-	-
Sub-Total	59.869	100,0	59.549	100,0	70.765	100,0	-	-
Total:	97.812		92.757		106.685		-	-

Fonte: INE (1992), "Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas/1994" , (2000): rectificado para os citrinos por DRAALG.

Quadro 22- Utilização das terras aráveis no Algarve- Número de explorações afectas às diferentes culturas

Utilização das Terras	Nº de Explor.
Cereais para grão	3.268
Leguminosas secas para grão	1.703
Prados temporários e cult. Forrageiras	2.216
Batata	3.326
Culturas industriais	40
Culturas hortícolas extensivas	3.711
Culturas hortícolas intensivas	1.661
Flores e plantas ornamentais	66
Pousio	5.939
Horta familiar	8.788
Frutos frescos	8.425
Citrinos	9.964
Frutos sub-tropicais	294
Frutos secos	11.702
Olival	11.084
Vinha	4.208
Viveiros	20
Prados e pastagens permanentes	1.104

Fonte: INE (2000).

Quadro 23- Utilização das terras florestais no Algarve – principais espécies

		1989		1995		1998			
		Área (ha)	Peso (%)	Área (ha)	Peso (%)	Área (ha)	Peso (%)	Var. 89/95	Var. 95/98
Pinheiro	**Total**	7 267	13,0	15 500	15,0	29 585	23,6	113,3	90,9
	P. bravo			6 300		7 632			21,1
	P. manso			9 200		21 953			138,6
Azinheira/sobreiro		3 0340	56,0	48 900	48,0	57 040	45,5	61,2	16,6
Eucalipto		10 862	20,0	32 100	32,0	32 400	25,8	195,5	0,9
Outras folhosas		6 100	11,0	5 400	5,0	6 395	5,1	-11,5	18,4
TOTAL		54 569	100,0	101 900	100,0	125 420	100,0	86,7	23,1

Fonte: DRAALG / DSF e DSP.

Quadro 24- Evolução do efectivo pecuário no Algarve

	1989		1995		1999		Var. 89/95	Var. 95/99
Efectivo Animal	**Nº de Explor.**	**Efectivo**	**Nº de Explor.**	**Efectivo**	**Nº de Explor.**	**Efectivo**	**(%)**	**(%)**
Bovinos	2.996	23.300	1.241	15.600	1.562	17.118	-33,0	10,0
Suínos	7.638	73.800	4.325	49.800	5.254	77.209	-32,5	55,0
Ovinos	3.094	69.000	1.833	52.900	3.512	124.105	-23,3	135,0
Caprinos	2.560	27.900	1.494	23.800	2.812	41.339	-14,7	74,0
Total:	16.288	194.000	8.893	142.100	13.140	259.771	-26,8	83,0

Fonte: INE (1992), "Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas/95", (2000).

Quadro 25- Evolução dos equipamentos agrícolas

Equipamentos Agrícolas	Var. 89/99 (%)
Tractores	14,6
Tractores, < 55 cv	28,8
Tractores, >= 55cv	11,5
Motocultivadores, motoenxadas e motoceifeiras	60,0
Distribuidores de adubos e correctivos	252,9
Semeadores	161,8
Gadanheiras	52,2
Enfardadeiras	50,8
Pulverizadores e polvilhadores	60,8

Fonte: A partir de INE (1992), (2000).

Quadro 26- População agrícola no Algarve. Comparação RGA- 1999 / RGA- 1989

POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	População agrícola- 1999	47.972
	População agrícola- 1989	69.619
	Variação para 1989	- 37,1 %
	Trabalhando na exploração- 1999	40.145 (83,7 %)
	Trabalhando na exploração- 1989	53.488 (76,8 %)
	Com actividade exterior remunerada- 1999	14.551 (30,3 %)
	Com actividade exterior remunerada- 1989	19.092 (27,4 %)

Fonte: INE (1992), (2000).

Quadro 27- Caracterização do Produtor Agrícola algarvio

Produtor Agrícola Singular	Nº de Indivíduos	%
Caracterização		
Produtores	18656	
Sexo: Homens	15305	82,0
Sexo: Mulheres	3351	18,0
Total		100,0
Classe Etária		
Idade: <25	45	0,2
Idade: 25 a <40 anos	812	4,4
Idade: 40 a <55 anos	3465	18,6
Idade: 55 a <65 anos	4946	26,5
Idade: >=65 anos	9388	50,3
Total		100,0
Nível de Instrução		
Nível de instrução – Nenhum	7292	39,1
Nível de instrução – Básico	10270	55,0
Nível de instrução – Secundário	584	3,1
Nível de instrução – Superior	510	2,7
Total		100,0
Tempo de actividade		
Tempo de trabalho agrícola, >0 a <50%	11776	63,1
Tempo de trabalho agrícola, >=50% a <100%	5724	30,7
Tempo de trabalho agrícola, Tempo completo	1156	6,2
Total		100,0

Fonte: INE (2000).

Quadro 28- Características das explorações agrícolas algarvias (1999)

Número e Natureza das explorações agrícolas	Nº de Explor.	Área (ha)
Explorações agrícolas	18971	227578
Natureza jurídica da exploração - Produtor singular autónomo	18104	192672
Natureza jurídica da exploração - Produtor singular empresário	552	20588
Natureza jurídica da exploração - Sociedades	297	13260
Natureza jurídica da exploração - Baldios	-	-
Natureza jurídica da exploração - Estado e pessoas públicas	7	512
Natureza jurídica da exploração - Outras	11	548

Fonte: INE (2000).

Quadro 29- Estrutura das explorações agrícolas do Algarve em 1999

Estrutura das explorações agrícolas	Nº de Explor.	Valor	(unidade)
Superfície agrícola utilizada (SAU)	18796	101932	(ha)
Superfície agrícola utilizada (SAU) - Por conta própria	18029	82894	(ha)
Superfície agrícola utilizada (SAU) - Arrendamento	947	12285	(ha)
Superfície agrícola utilizada (SAU) - Outras formas	1161	6753	(ha)
Matas e florestas sem cult. Sob-coberto	5194	60284	(ha)
Superfície agrícola não utilizada	10869	62196	(ha)
Outras superfícies	15972	3166	(ha)
SAU por exploração	5.37		(ha/exploração)
Blocos com SAU por exploração	4.64		(nº/exploração)
Superfície irrigável	13636	30012	(ha)

Fonte: INE (2000).

Quadro 30- Estrutura das Contas Económicas da Agricultura

+ Produção
- Consumo Intermédio
= VABpm
+ Subsídios (incluindo Medidas Agro-Ambientais – **MAA** e Indemnizações Compensatórias – **IC**)
- Impostos
= VABcf
- Amortizações
= VALcf
- Rendas pagas
- Juros pagos
= Rendimento Líquido da Mão-de-Obra Total (RLT)
- Remunerações dos assalariados
= Rendimento Líquido da Actividade Agrícola (RLAA)

Os Subsídios de exploração são transferências correntes para os produtores agrícolas e têm como objectivo influenciar os preços de produtos agrícolas e/ou garantir a remuneração adequada dos factores de produção.

Os Impostos ligados à produção são os valores pagos pelas unidades de produção às Administrações Públicas, que incidem sobre a produção ou sobre a utilização dos meios de produção.

As Amortizações correspondem à depreciação dos activos fixos verificada no decurso do período, como resultado do desgaste normal e/ou obsolência previsível.

As Rendas são constituídas pelos pagamentos feitos pelos utilizadores das terras aos seus proprietários, como contrapartida do direito de exploração que lhes é concedido.

Os Juros correspondem aos montantes pagos pelos produtores agrícolas, como contrapartida de empréstimos contraídos para satisfazer necessidades de financiamento da actividade agrícola.

As Remunerações dos Assalariados contemplam todos os pagamentos efectuados e benefícios concedidos pelas entidades patronais, a título de remuneração do trabalho realizado pelos seus assalariados.

A Formação Bruta de Capital Fixo define-se como o valor do conjunto de bens e serviços, produzidos e/ ou adquiridos no período de referência e atribuídos ao processo produtivo agrícola como factores de produção, com vida útil superior a um ano ou acima de determinado valor pré-definido.

Fonte: INE, *Metodologia das Contas Económicas da Agricultura* (base 1995).

ANEXO C – Formulários dos inquéritos realizados

Inquérito às OP

Ajudas Comunitárias

(Assinale as opções correctas)

1. Qual o enquadramento legal actual da OP?:

1.1. Pré – reconhecida ⇒ Ao abrigo do Reg. (CE) nº 2200/96 .....

1.2. Reconhecida ⇒ Ao abrigo do Reg. (CEE) 1035/72 .....

⇒ Ao abrigo do Reg. (CE) nº 2200/96 .....

1.3. Em transição do Reg. (CEE) 1035/72 para o Reg. (CE) nº 2200/96.....

2. Qual o tipo de ajudas comunitárias a que a Organização de Produtores se candidatou?

2.1. Durante a fase de pré – reconhecimento dessa OP:

2.1.1. Ajuda destinada a suportar os custos de constituição e de funcionamento da organização.....

2.1.2. Em caso afirmativo, e sabendo que esta ajuda podia assumir uma das seguintes formas, escolha a utilizada por essa OP:

- 10% (1º ano), 10% (2º ano), 8% (3º ano), 6% (4º ano) e 4% (5º ano) do valor da produção comercializada.....
- ajuda forfetária (paga também em função da produção comercializável).....

2.1.3. Ajudas à constituição de um fundo de maneio (até 16,5% do valor da produção comercializada numa das duas primeiras campanhas).....

2.1.4. Apoio à promoção (50% de apoio a fundo perdido das despesas realizadas em campanhas de marketing e promoção).....

2.2. Como OP reconhecida:

2.2.1. Ajuda à constituição do Fundo Operacional (60% ou 50% do seu valor total):.....

2.2.2. Este fundo destinou-se a que utilizações:

- Financiamento de retiradas do mercado.....

- Financiamento do Programa Operacional.....

2.3. Medida 5 (Transformação e Comercialização) do PAMAF:.....

Funcionamento

3. Qual o mecanismo de formação de preços de campanha usado?.....
.....

4. Na ultima campanha qual a % (para custos operacionais) cobrada aos associados pela OP?.....

5. Qual é normalmente o intervalo de tempo que decorre entre a entrega da produção pelo associado e o respectivo pagamento?.....

6. Quais os principais problemas com que se debate a OP?.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

INQUÉRITO ÀS OP- CITRINOS

Entidade:.....

Data:.....

7. Qual a tonelagem de citrinos movimentada durante a campanha transacta (1999/ 2000)?.....

8. Destino dessa produção:

   8.1. Quantidade (ou %) escoada para o mercado regional (Algarve):.....

   8.2. Desse valor escoado no Algarve:

   . Quantidade (ou %) destinada à grande distribuição:.....

   . Quantidade (ou %) destinada a grossistas:.....

   .Quantidade (ou %) para industria:.....

   8.3. Quantidade (ou %) escoada para mercados exteriores:.....

   8.4. Desse valor indique:

   . Quantidade (ou %) destinada à grande distribuição:.....

   . Quantidade (ou %) destinada a grossistas:.....

   .Quantidade (ou %) para industria:.....

9. Da tonelagem total de citrinos movimentados, indique a quantidade (ou %) que tenha sido produzida em protecção integrada :.....

10.Indique o número total de associados activos da organização.....

Nota: Os dados deste inquérito são confidenciais.

INQUÉRITO ÀS OP- HORTÍCOLAS

Entidade:.....

Data:.....

11. Qual a tonelagem de hortícolas movimentada durante a campanha transacta (1999/ 2000)?.....

12. O quantitativo global atrás referido refere-se aos seguintes produtos hortícolas:.....
.....
.....

13. Destino dessa produção:

13.1. Quantidade (ou %) escoada no mercado regional (Algarve):.....

13.2. Desse valor:
.Quantidade (ou %) destinada à grande distribuição:.....
.Quantidade (ou %) destinada a comerciantes grossistas:.....
.Quantidade (ou %) destinada a comerciantes retalhistas:.....
.Quantidade (ou %) destinada a armazenistas:.....
.Quantidade (ou %) destinada a Restaurantes e Hotéis:.....
.Quantidade (ou %) destinada à indústria/transformação:.....

13.3. Quantidade (ou %) escoada para mercados exteriores:.....

13.4. Desse valor:
.Quantidade (ou %) destinada a grossistas:.....
.Quantidade (ou %) a comissionistas/mandatários (Mercados Abastecedores):.....
.Quantidade (ou %) destinada à indústria/transformação:.....

14. Quantidade (ou %) de hortícolas movimentados que tenham sido produzidos em produção biológica :.....

15.Indique o número total de associados activos da organização.....

Nota: Os dados deste inquérito são confidenciais.

INQUÉRITO ÀS OP-FRUTOS DE CASCA RIJA E ALFARROBA

Entidade:.....

Data:.....

Amêndoa

16. Qual a tonelagem de amêndoa movimentada durante a campanha transacta (1999/ 2000)?.....

17. Relativamente ao destino dessa produção, indique:

17.1. Quantidade (ou %) destinada ao mercado regional (Algarve):.....

17.2. Desse valor escoado no Algarve, indique:

. Quantidade (ou %) destinada a britadores:.....

. Quantidade (ou %) destinada a comerciantes:.....

.Outros destinos. Quais?.....

Quantidade (ou %) envolvidos:.....

17.3. Quantidade (ou %) escoada para outras regiões do país:.....

17.4. Desse valor, indique:

. Quantidade (ou %) destinada a britadores:.....

. Quantidade (ou %) destinada a comerciantes:.....

.Outros destinos. Quais?.....

Quantidade (ou %) envolvidos:.....

18.Indique o número total de associados activos da organização.....

Nota: Os dados deste inquérito são confidenciais.

Alfarroba

19. Qual a tonelagem de alfarroba movimentada durante a campanha transacta (1999/ 2000)?.....

20. Relativamente ao destino dessa produção, indique:

20.1. Quantidade (ou %) destinada ao mercado regional (Algarve):.....

20.2. Desse valor escoado no Algarve, indique:

. Quantidade (ou %) destinada a trituradores:.....

. Quantidade (ou %) destinada a comerciantes:.....

.Outros destinos. Quais?.....

Quantidade (ou %) envolvidos:.....

20.3.Quantidade (ou %) escoada para outras regiões do país:.....

20.4. Desse valor, indique:

. Quantidade (ou %) destinada a trituradores:.....

. Quantidade (ou %) destinada a comerciantes:.....

.Outros destinos. Quais?.....

Quantidade (ou %) envolvidos:.....

21.Indique o número total de associados activos da organização.....

Nota: Os dados deste inquérito são confidenciais.

INQUÉRITO ÀS OP- FRUTAS

Figo

22. Qual a tonelagem de figo movimentada durante a campanha transacta (1999/ 2000)?.....

23. Relativamente ao destino dessa produção, indique:

23.1. Quantidade (ou %) destinada ao mercado regional (Algarve):.....

23.2. Desse valor escoado no Algarve, indique:

23.2.1. Quantidade (ou %) destinada a comercialização em fresco:.....

23.2.2. Quantidade (ou %) destinada a secagem:.....

23.2.3. Dessa produção em seco:

. Quantidade (ou %) destinada a destilarias:.....

. Quantidade (ou %) destinada a comerciantes:.....

.Outros destinos. Quais?.....

Quantidade (ou %) envolvidos:.....

23.3.Quantidade (ou %) escoada para outras regiões do país:.....

23.4. Desse valor, indique:

23.4.1.Quantidade (ou %) destinada a comercialização em fresco:.....

23.4.2. Quantidade (ou %) destinada a secagem:.....

23.4.3. Dessa produção em seco:

. Quantidade (ou %) destinada a destilarias:.....

. Quantidade (ou %) destinada a comerciantes:.....

.Outros destinos. Quais?.....

Quantidade (ou %) envolvidos:.....

24.Indique o número total de associados activos da organização.....

Nota: Os dados deste inquérito são confidenciais.

(só para as OP seleccionadas para universo de amostragem nos inquéritos às explorações agrícolas):

25. Indique o número de explorações associadas por classe de área:

Classe de área	Nº de explorações
0-2 ha	
2-5 ha	
5-10 ha	
> 10 ha	

INQUÉRITO ÀS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Os dados deste inquérito são confidenciais, comprometendo-se o autor a apenas utilizar as informações obtidas para efeitos de tratamento estatístico.

Entidade:..... Data:.....
Nome do inquirido:.....
Concelho:..... Freguesia:.....
Sexo: Masculino..... Feminino:.....
Idade:.....

Agricultor a título principal..... Jovem agricultor.....

Este inquérito destina-se a caracterizar a evolução temporal da sua exploração, tomando como referência o ano de 2000 (pós – Quadro Comunitário de Apoio (QCA) II / PAMAF) e comparando-o com o ano de 1993 (pré – QCA II).

1. POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

Agregado Familiar (indicar número)	1993	2000
Trabalhando na exploração		
Com actividade exterior remunerada		

2. O PRODUTOR AGRÍCOLA

Classe Etária (assinalar o correcto)	1993	2000
Idade: <25		
Idade: 25 a <40 anos		
Idade: 40 a <55 anos		
Idade: 55 a <65 anos		
Idade: >=65 anos		

2.1.

Nível de Instrução (assinalar o correcto)	1993	2000
Nível de instrução – Nenhum		
Nível de instrução – Básico		
Nível de instrução – Secundário		
Nível de instrução – Superior		

2.2.

Tempo de actividade na exploração (assinalar o correcto)	1993	2000
Tempo de trabalho agrícola, >0 a <50%		
Tempo de trabalho agrícola, >=50% a <100%		
Tempo de trabalho agrícola, Tempo completo		

3. ORIGEM DO RENDIMENTO

Origem do Rendimento (assinalar o correcto)	**1993**	**2000**
Exclusivamente do trabalho na exploração		
Principalmente do trabalho na exploração (+ 50%)		
Principalmente de actividades exteriores à exploração (+ 50%)		

3.1.

Origem do Rendimento exterior à exploração (assinalar o correcto)	**1993**	**2000**
Pensões e Reformas		
Trabalho por conta de outrem		
Actividade empresarial		

4. MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA

Mão-de-Obra Assalariada (indicar nº de empregados)	**1993**	**2000**
Eventual		
Permanente		
< 25%		
Entre 25% e 50%		
Entre 50% e 75%		
+ 75%		

5. NATUREZA DA EXPLORAÇÃO

NATUREZA DA EXPLORAÇÃO (assinalar o correcto)	**1993**	**2000**
Produtor singular autónomo		
Produtor singular empresário		
Sociedade		

6. ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Estrutura das explorações agrícolas (indicar área- hectares)	1993	2000
Superfície agrícola utilizada (SAU)		
Superfície agrícola utilizada (SAU) - Por conta própria		
Superfície agrícola utilizada (SAU) – Arrendamento		
Superfície agrícola utilizada (SAU) – Outras formas		
Matas e florestas sem cultura agrícola sob-coberto		
Matas e florestas com cultura agrícola sob-coberto		
Superfície agrícola não utilizada		
Superfície regada		

7. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Culturas Temporárias (indicar área- hectares)	1993	2000
Cereais para grão		
Leguminosas secas para grão		
Prados temporários e culturas forrageiras		
Batata		
Culturas hortícolas		
Ar livre		
Estufa		
Culturas Permanentes		
Frutos frescos		
Citrinos		
Figueira		
Alfarrobeira		
Amendoeira		
Olival		
Vinha		

7.1.

Técnicas alternativas (indicar área- hectares)	1993	2000
Agricultura biológica		
Protecção integrada		

7.2.

Espécies florestais (indicar área- hectares)	1993	2000
Pinheiro bravo		
Pinheiro manso		
Sobreiro		
Azinheira		
Outras.....		

8. EQUIPAMENTO DAS EXPLORAÇÕES

Equipamentos Agrícolas (indicar número)	1993	2000
Tractores		
Motocultivadores		
Motoenxadas		
Distribuidores de adubos e correctivos		
Pulverizadores e polvilhadores		

9. CONTABILIDADE AGRÍCOLA

Contabilidade da exploração (indicar correcto)	1993	2000
Contabilidade organizada		
Contabilidade não organizada		

Considerando o período de 1986 a 1993 (PEDAP / QCA I):

10. Candidatou-se a subsídios?

Sim..... Não.....

11. Era membro de alguma Associação/Cooperativa agrícola?

Sim..... Não.....

Se respondeu afirmativamente:

11.1. Qual a natureza do vínculo a essa organização?

Acordo escrito..... Contrato..... Acordo verbal.....

Outro. Qual?.....

11.2. A partir do momento em que colocava a produção na Associação/Cooperativa ao fim de quanto tempo é que recebia?

.....dias / .....meses

12. Quando comparadas com as actuais, as condições de pagamento (preço recebido, tempo até receber, etc....) eram:

Melhores..... Iguais..... Piores.....

13. Onde colocava a produção:

Associação/Cooperativa..... Valor (%): .....

Comerciantes grossistas..... Valor (%): .....

Armazenistas..... Valor (%): .....

Comerciantes retalhistas..... Valor (%): .....

Mercados abastecedores..... Valor (%): .....

Faro..... Lisboa..... Porto..... Outro. Qual?.....

Camionistas..... Valor (%): .....

Restaurantes / hoteis..... Valor (%): .....

Hipermercados..... Valor (%): .....

14. No período de 1994 a 1999 (QCA II) candidatou-se a subsídios?

Sim..... Não.....

(No caso de ter respondido afirmativamente à questão anterior)

14.1

Tipo de Apoios	(assinalar o correcto)
Cursos de formação	
Ajudas à produção (INGA)	
Instalação de Jovem Agricultor	
Compra de máquinas e equipamentos	
Abertura de furos	
Plantações	
Construção de estufas	
Reconversão para estufas metálicas	
Armazéns / Construções	
Melhoramentos fundiários	
Indemnizações compensatórias	
Agro-Ambientais	
Electrificação	
Medidas florestais	
Florestação de terras agícolas	
Ajudas via OP: Assistência técnica	
Orientação produtiva	
Só para produtores de citrinos- Majoração Das ajudas nos contratos com a indústria	
Ajudas à transformação de outros frutos e Produtos hortícolas	
Só para produtores de frutos casca rija e Alfarroba: - Ajudas do Plano de Melhoria	
- Ajudas forfetárias	
Ajudas ao figo seco	

14.2. Outras ajudas. Quais ?.....

ANEXO D – Resultados da recolha e tratamento de dados dos inquéritos às explorações agrícolas

ANEXO E – Resultados da recolha e tratamento de dados dos inquéritos às OP